

EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.257.470 - RS (2018/0049199-8)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
EMBARGANTE : **VILSON JORGE FENGLER**
ADVOGADOS : **AUGUSTINHO GERVASIO GOTTEMS TELOKEN - RS028958**
RENAN RAMOS FERREIRA E OUTRO(S) - RS075716
RENAN TELÖKEN - RS082371
EMBARGADO : **BANCO DO BRASIL SA**
ADVOGADOS : **RUDOLF SCHAITL E OUTRO(S) - TO000163**
RAFAEL SGANZERLA DURAND - RS080026A
LIVIA DO NASCIMENTO ARRUDA DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - RS098833
MIRNEI BARBOSA DE SOUZA ARAUJO - RS100105
ISADORA ALBUQUERQUE - RS102644

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração (e-STJ fls. 580/585) opostos à decisão que determinou que fossem devolvidos os autos ao TJRS, para aguardar julgamento dos REspS n. 1.801.615/SP e 1.774.204/RS, afetados à Segunda Seção, pelo rito previsto nos arts. 1.036 a 1.041 do CPC/2015, com o objetivo de definir sobre a "interrupção do prazo prescricional para pleitear o cumprimento de sentença coletiva, em virtude do ajuizamento de ação de protesto ou de execução coletiva por legitimado para propor demandas coletivas".

O embargante argumenta que "a questão da interrupção da prescrição em face de ação cautelar ingressada pelo Ministério da Justiça não foi objeto da decisão guerreada, como bem reconhecido na decisão que negou seguimento ao apelo nobre, de e-fls. 357/365, havendo óbice que impossibilita o conhecimento da controvérsia" (e-STJ fl. 107 – Av. 1).

Não houve impugnação (e-STJ fl. 112 - Av. 1).

É o relatório.

Decido.

Assiste razão à parte embargante, pois a suspensão do processo em razão da existência de recurso repetitivo sobre o tema é inviável quando o recurso da parte não ultrapassa o juízo de admissibilidade.

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. REDE DE ELETRIFICAÇÃO RURAL. OFENSA A DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL E À RESOLUÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME NA VIA ESPECIAL. PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS N. 282 E 356 DO STF. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. PREQUESTIONAMENTO. IMPRESCINDIBILIDADE. DECISÃO MANTIDA.

1. A alegação de ofensa a resoluções, portarias e circulares não enseja a abertura da via especial, pois os aludidos atos normativos não se enquadram no conceito de lei previsto no art. 105, III, alínea "a", da CF.

2. A simples indicação do dispositivo legal tido por violado, sem que o tema tenha sido enfrentado pelo acórdão recorrido, obsta o conhecimento do recurso especial, por falta

de prequestionamento, a teor das Súmulas n. 282 e 356 do STF.

3. Mesmo em relação às matérias de ordem pública, este Tribunal não dispensa o requisito do prequestionamento, conforme remansosa jurisprudência.

4. Inviável a suspensão do processo em razão da existência de recurso repetitivo sobre o tema quando o recurso da parte não ultrapassa sequer o juízo de admissibilidade.

5. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp n. 255.344/SP, de minha relatoria, QUARTA TURMA, julgado em 12/3/2013, DJe 22/3/2013.)

AGRAVO INTERNO. PEDIDO DE SUSPENSÃO DO JULGAMENTO DO FEITO PARA AGUARDAR DECISÃO FINAL DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. INDEFERIMENTO. APRECIÇÃO DE MATÉRIAS DE CUNHO PROCESSUAL. SUCESSÃO DA ATIVIDADE OPERACIONAL BANCÁRIA. LEGITIMIDADE ATIVA. REVISÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO OBSTADA PELAS SÚMULAS STJ/5 E 7. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1.- Descabe o pedido de suspensão do andamento do feito para aguardar o desfecho do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal da matéria tida como de repercussão geral, porquanto não houve pronunciamento a respeito do mérito da questão, ou seja, quanto a ser devido ou não o pagamento das diferenças de correção monetária em depósitos de caderneta de poupança, decorrentes de expurgos inflacionários.

2.- Não está inserida dentre as questões com análise suspensa pelo Supremo Tribunal Federal o exame da legitimidade de o banco agravante responder pelo passivo de outra instituição financeira à qual sucedeu, conforme concluído pela instância estadual. Todas as questões apreciadas neste recurso foram de cunho processual, tendo sido aplicadas as Súmulas STJ/5 e 7.

3.- A reapreciação da matéria referente à legitimidade do agravante demandaria reexame de provas dos autos, o que é vedado em Recurso Especial, nos termos das Súmulas STJ/5 e 7. 4.- Agravo Regimental improvido".

(AgRg no Ag n. 1.326.607/SP, Relator Ministro SIDNEI BENETI, TERCEIRA TURMA, julgado em 28/6/2011, DJe 15/8/2011).

Desse modo, restabeleço o trâmite processual.

O acórdão proferido pelo TJRS está assim ementado (e-STJ fls. 129/130):

AGRAVO DE INSTRUMENTO. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. EXPURGOS INFLACIONÁRIOS DA CADERNETA DE POUPANÇA. CUMPRIMENTO INDIVIDUAL DE SENTENÇA COLETIVA. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE.

- NÃO CONHECIMENTO PARCIAL DO RECURSO. O recurso não merece ser conhecido no que tange ao pedido de afastamento dos juros remuneratórios, por se tratar de inovação recursal, ressalvado o entendimento do Relator quanto à matéria.

- SUSPENSÃO DO RECURSO. INVIABILIDADE. É incabível a suspensão do julgamento do presente recurso, por não ser aplicável ao caso o Recurso Especial Repetitivo nº 1.438.263-SP, e por já ter sido julgado definitivamente pelo Superior Tribunal de Justiça o REsp nº 1.370.899-SP (Tema 685), tanto que a Presidência deste Tribunal de Justiça expediu o Ato 21/2016-P orientando a reativação, para processamento e julgamento, dos recursos que se encontravam suspensos em decorrência dos Atos 023/2013-P e 012/2014-P. Preliminar desacolhida.

- LEGITIMIDADE ATIVA. Inviabilidade de limitação da eficácia subjetiva da coisa julgada aos poupadores, ou seus sucessores, vinculados ao IDEC (autor da ação coletiva). Tema 724-STJ: "Os poupadores ou seus sucessores detêm legitimidade ativa - também por força da coisa julgada -, independentemente de fazerem parte ou não dos quadros associativos do IDEC, de ajuizarem o cumprimento individual da sentença coletiva proferida na ação civil pública nº 1998.01.1.016798-9 pelo Juízo da 12ª Vara Cível da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília/DF". Preliminar afastada.

- TÍTULO EXECUTIVO. A decisão ora em cumprimento/liquidação de sentença tem sua eficácia estendida a todo o território nacional. Tema 723-STJ: "A sentença proferida pelo

Juízo da 12ª Vara Cível da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília/DF, na ação civil coletiva nº 1998.01.1.016798-9, que condenou o Banco do Brasil ao pagamento de diferenças decorrentes de expurgos inflacionários sobre cadernetas de poupança ocorridos em janeiro de 1989 (Plano Verão), é aplicável, por força da coisa julgada, indistintamente a todos os detentores de caderneta de poupança do Banco do Brasil, independentemente de sua residência ou domicílio no Distrito Federal, reconhecendo-se ao beneficiário o direito de ajuizar o cumprimento individual da sentença coletiva no Juízo de seu domicílio ou no Distrito Federal”. Rejeitada a preliminar.

- PRESCRIÇÃO DOS JUROS E CORREÇÃO. AUSÊNCIA. Considerando que a jurisprudência deste Tribunal e do Superior Tribunal de Justiça é pacífica no sentido de que se aplica o prazo prescricional de vinte anos para as ações em que se discutem as diferenças de correção monetária e dos juros remuneratórios das cadernetas de poupança, não há que se falar em prescrição na hipótese (arts. 177 do Código Civil/16 c/c 2.028 do Código Civil/02). Preliminar afastada.

- JUROS DE MORA. Nas execuções ou cumprimentos individuais de sentença coletiva, os juros de mora incidem a partir da citação do devedor na Ação Civil Pública, conforme decisão do Superior Tribunal de Justiça, no Recurso Especial Repetitivo nº 1.370.899-SP, aplicável a todos os processos envolvendo a mesma controvérsia. Tema 685-STJ: “os juros de mora incidem a partir da citação do devedor na fase de conhecimento da Ação Civil Pública, quando esta se fundar em responsabilidade contratual, sem que haja configuração da mora em momento anterior”. Improvimento.

AGRAVO DE INSTRUMENTO CONHECIDO EM PARTE E DESPROVIDO, REJEITADAS AS PRELIMINARES.

Nas razões recursais (e-STJ fls. 283/320), fundamentadas no art. 105, III, "a" e "c", da CF, o recorrente aponta violação dos arts. 884 do CC/2002, 240, 509, § 4º, 523 e 525, § 2º, do CPC/2015, 21 da Lei 4.717/1965, 5º da Lei 7.347/1985, 6º, § 1º, da LINDB e 97 do CDC. A insurgência cuida dos seguintes temas: (a) ilegitimidade ativa do autor para a propositura da ação de cumprimento de sentença coletiva, tendo em vista os limites da coisa julgada, a impossibilidade de execução da sentença coletiva oriunda de território diverso e a necessidade de liquidação da sentença, (b) termo inicial para a incidência dos juros de mora, (c) correção monetária, e (d) legitimidade do Ministério Público para ajuizar cautelar de protesto visando interromper a prescrição.

O recorrido não apresentou contrarrazões (e-STJ fl. 333).

Passo ao exame do recurso especial.

Cuidam os autos de execução de sentença proferida pelo JUÍZO DA 12ª VARA CÍVEL DA CIRCUNSCRIÇÃO ESPECIAL JUDICIÁRIA DE BRASÍLIA – DF na Ação Civil Pública n. 1998.01.1.016798-9, ajuizada pelo IDEC contra o Banco do Brasil S.A.

O Tribunal *a quo* não se pronunciou sobre a necessidade de liquidação, correção monetária, nem a respeito da interrupção do prazo prescricional, circunstância que impede o conhecimento da insurgência por falta de prequestionamento, conforme a Súmula n. 282/STF.

Legitimidade ativa

Conforme a orientação jurisprudencial fixada pelo STJ, no julgamento do Recurso Especial n. 1.391.198/RS, relatado pelo em. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO e submetido à sistemática dos recursos repetitivos (art. 543-C do CPC/1973), "a sentença

proferida pelo Juízo da 12ª Vara Cível da Circunscrição Especial Judiciária de Brasília/DF, na ação civil coletiva n. 1998.01.1.016798-9, que condenou o Banco do Brasil ao pagamento de diferenças decorrentes de expurgos inflacionários sobre cadernetas de poupança ocorridos em janeiro de 1989 (Plano Verão), é aplicável, por força da coisa julgada, indistintamente a todos os detentores de caderneta de poupança do Banco do Brasil, independentemente de sua residência ou domicílio no Distrito Federal, reconhecendo-se ao beneficiário o direito de ajuizar o cumprimento individual da sentença coletiva no Juízo de seu domicílio ou no Distrito Federal".

Termo inicial dos juros de mora

A Corte local decidiu em sintonia com a jurisprudência desta Corte Superior, ao afirmar que os juros moratórios incidem a contar da citação da instituição financeira na ação coletiva.

A esse respeito, confirmam-se os seguintes precedentes:

AÇÃO CIVIL PÚBLICA - CADERNETA DE POUPANÇA - PLANOS ECONÔMICOS - EXECUÇÃO - JUROS MORATÓRIOS A PARTIR DA DATA DA CITAÇÃO PARA AÇÃO COLETIVA - VALIDADE - PRETENSÃO A CONTAGEM DESDE A DATA DE CADA CITAÇÃO PARA CADA EXECUÇÃO INDIVIDUAL - RECURSO ESPECIAL IMPROVIDO.

1.- Admite-se, no sistema de julgamento de Recursos Repetitivos (CPC, art. 543-C, e Resolução STJ 08/98), a definição de tese uniforme, para casos idênticos, da mesma natureza, estabelecendo as mesmas consequências jurídicas, como ocorre relativamente à data de início da fluência de juros moratórios incidentes sobre indenização por perdas em Cadernetas de Poupança, em decorrência de Planos Econômicos.

2.- A sentença de procedência da Ação Civil Pública de natureza condenatória, condenando o estabelecimento bancário depositário de Cadernetas de Poupança a indenizar perdas decorrentes de Planos Econômicos, estabelece os limites da obrigação, cujo cumprimento, relativamente a cada um dos titulares individuais das contas bancárias, visa tão-somente a adequar a condenação a idênticas situações jurídicas específicas, não interferindo, portando, na data de início da incidência de juros moratórios, que correm a partir da data da citação para a Ação Civil Pública.

3.- Dispositivos legais que visam à facilitação da defesa de direitos individuais homogêneos, propiciada pelos instrumentos de tutela coletiva, inclusive assegurando a execução individual de condenação em Ação Coletiva, não podem ser interpretados em prejuízo da realização material desses direitos e, ainda, em detrimento da própria finalidade da Ação Coletiva, que é prescindir do ajuizamento individual, e contra a confiança na efetividade da Ação Civil Pública, O que levaria ao incentivo à opção pelo ajuizamento individual e pela judicialização multitudinária, que é de rigor evitar.

3.- Para fins de julgamento de Recurso Representativo de Controvérsia (CPC, art. 543-C, com a redação dada pela Lei 11.418, de 19.12.2006), declara-se consolidada a tese seguinte: "Os juros de mora incidem a partir da citação do devedor na fase de conhecimento da Ação Civil Pública, quando esta se fundar em responsabilidade contratual, se que haja configuração da mora em momento anterior."

4.- Recurso Especial improvido.

(REsp n. 1.370.899/SP, Relator Ministro SIDNEI BENETI, CORTE ESPECIAL, julgado em 21/5/2014, REPDJe 16/10/2014, DJe 14/10/2014 – grifei.)

PROCESSUAL CIVIL E CONSUMIDOR. TAXA DE EMISSÃO DE BOLETO BANCÁRIO - TEB. COBRANÇA. ILEGALIDADE. AÇÃO CIVIL PÚBLICA PARA RESSARCIMENTO DOS VALORES. CABIMENTO. SENTENÇA EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA PARA DEFESA DE DIREITOS INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS COM EXPLICITAÇÃO DA FORMA DE LIQUIDAÇÃO E ESTABELECIMENTO DE MEIOS TENDENTES A CONFERIR MAIOR EFETIVIDADE AO JULGADO. POSSIBILIDADE.

JUROS DE MORA. DIES A QUO. CITAÇÃO NA AÇÃO CIVIL PÚBLICA. LIMITES SUBJETIVOS DA SENTENÇA EM AÇÃO CIVIL PÚBLICA. COMPETÊNCIA DO ÓRGÃO PROLATOR. PRESCRIÇÃO. DECLARAÇÃO DE OFÍCIO PELO JUIZ. POSSIBILIDADE. LIMITES.

(...)

5. Embora a condenação imposta nas ações para tutela de direitos individuais homogêneos deva ser genérica, não podendo entrar no mérito dos prejuízos sofridos por cada interessado, ela irá necessariamente versar sobre o ressarcimento dos danos causados, reconhecendo o ato ilícito praticado pelo réu, o que, por conseguinte, já o constitui em mora desde a citação para responder aos termos da ação civil pública, nos termos do art. 219 do CPC.

(...)

9. Recurso especial parcialmente provido.

(REsp n. 1.304.953/RS, Relatora Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 26/8/2014, DJe 8/9/2014 – grifei.)

Diante do exposto, ACOLHO os embargos de declaração, para restabelecer o trâmite processual, e NEGO PROVIMENTO ao agravo em recurso especial.

Publique-se e intimem-se.

Brasília-DF, 29 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator